



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024**

**PREÂMBULO**

A Câmara Municipal de Marilândia, localizada na Rua Luis Catelan, nº 230, centro, Marilândia/ES, torna público que realizará procedimento de licitação com amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes, por meio de seu Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados, respectivamente, pela Portaria nº 46/2023 e Portaria nº 06/2024, cujas competências estão regulamentadas nesses atos normativos.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. **Processo:** 8068/2024
- 1.2. **ID contratação TCE/ES:** 2024.046L0200001.01.0003
- 1.3. **ID contratação PNCP:** 36348720000190-1-000019/2024
- 1.4. **Modalidade:** Pregão Presencial
- 1.5. **Critério de julgamento:** Menor preço global
- 1.6. **Modo de disputa:** aberto
- 1.7. **Valor máximo da contratação:** Conforme anexo do Termo de Referência deste edital.
- 1.8. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de filmagens e transmissões das sessões legislativas e outros atos, assistência e manutenção preventiva e corretiva na infraestrutura de rede privada, nos computadores e seus periféricos e nos sites da Câmara, cuja descrição detalhada dos itens encontra-se no Termo de Referência anexo I a este edital.

**2. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL**

- 2.1. O pregão terá início às **09 (nove) horas** do **dia 05 (cinco) de setembro de 2024**.
- 2.2. Até às 8h50min do dia supramencionado, o protocolo geral da Câmara receberá os envelopes (proposta e habilitação) referentes a este pregão.
- 2.3. A empresa que protocolar seus envelopes além do prazo estabelecido no subitem 2.2 deste edital será desclassificada.
- 2.4. Referência de tempo: horário de Brasília.
- 2.5. Todos os documentos de habilitação e a proposta comercial deverão estar em envelopes lacrados.
- 2.6. O Pregão será conduzido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
  - 2.6.1. Conduzir a sessão pública do pregão presencial;
  - 2.6.2. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela instrução desses documentos;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- 2.6.3. Verificar a conformidade da(s) proposta(s) em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- 2.6.4. Coordenar a sessão pública e os lances ofertados;
- 2.6.5. Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 2.6.6. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 2.6.7. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quanto mantiver sua decisão;
- 2.6.8. Indicar o vencedor do certame;
- 2.6.9. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 2.6.10. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 2.6.11. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.
- 2.7. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da Assessoria Jurídica e de outros setores da Câmara de Marilândia, a fim de subsidiar sua decisão.
- 2.8. Caberá à equipe de apoio auxiliar o Agente de Contratação/Pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

**3. DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES**

- 3.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital nos site oficial da Câmara <https://www.marilandia.es.leg.br/pregaopresencial> ou no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, ficando obrigados a acompanhar as publicações referentes à licitação nestes endereços eletrônicos, no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, como também no site <https://afolhaonline.com/category/publicidade-legal>, tendo em vista a possibilidade de alterações, disponibilização de informações e avisos sobre o procedimento do pregão presencial.
- 3.2. Qualquer pessoa é legítima para impugnar o edital de licitação ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, mediante documento formalizado e apresentado no endereço eletrônico do Setor de Contratações [compras@marilandia.es.leg.br](mailto:compras@marilandia.es.leg.br).
- 3.2.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos.
- 3.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro ou pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, nos autos do processo de licitação.
- 3.2.3. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**3.2.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site <https://www.marilandia.es.leg.br/pregaopresencial> e no Sistema de Compras do Governo Federal no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e vincularão os participantes e a Administração.

**4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste pregão presencial somente as microempresas e empresas de pequeno porte cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste edital e seus anexos, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

**4.2.** Estarão impedidos de participar de quaisquer fases do certame os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

**a)** Estejam cumprimento penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, direta e indireta, em face da hipótese prevista no inciso III do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

**b)** Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera do Governo, em fase da hipótese prevista no inciso IV do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

**c)** Esteja sob falência, dissolução ou liquidação;

**d)** Estejam enquadradas no disposto do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

**e)** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

**f)** Que não se qualifiquem como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparadas, no caso de licitações ou lotes exclusivos fundamentados no Art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006;

**g)** Que, embora qualificadas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor individual, incidam em qualquer das vedações do Art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de licitações ou lotes exclusivos fundamentados no Art. 48, incisos I e III da mesma lei.

**4.3.** Para a participação de CONSÓRCIOS deverão ser atendidas as condições previstas no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

**4.3.1.** Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

**4.3.2.** A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

**4.3.3.** No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado.

**4.3.4.** As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por meio de escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

- a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;
- b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;
- c) Discriminar a empresa líder;
- d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
- e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

**4.3.5.** A empresa líder será responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

**4.3.6.** Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**4.3.7.** Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

**4.3.8.** O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

**4.3.9.** No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

**4.3.10.** No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

**4.4.** A observação das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, fica sujeito à desclassificação no certame e às penalidades cabíveis.

**4.5.** O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados pelas empresas licitantes acerca das condições de participação.

**4.6.** As diligências promovidas pelo Agente da Contratação/Pregoeiro poderão envolver a solicitação de outros documentos e informações para a tomada de decisão.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**4.7.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos.

**5. OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES E REQUISITOS DE CREDENCIAMENTO**

**5.1.** Compete ao licitante interessado em participar do pregão:

**5.1.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas negociações efetuadas em seu nome, assumindo suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade da Câmara por eventuais danos decorrentes da não observação das regras deste edital;

**5.1.2.** Manter o endereço de correio eletrônico atualizado, bem como submeter-se às exigências da legislação pertinente, em especial da Lei nº 14.133/2021, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

**5.2.** O credenciamento deverá ocorrer no momento da abertura da licitação na sala de licitações da Câmara e deverá ser apresentados os seguintes documentos:

**5.2.1.** Para fins de credenciamento junto ao Agente de Contratação/Pregoeiro o proponente, proprietário, diretor ou sócio da empresa licitante, deverá comprovar a sua condição mediante a apresentação de documento de identificação oficial, bem como o contrato social, alteração contratual consolidada ou procuração pública firmada em cartório.

**5.2.2.** O proponente poderá enviar um representante munido de credencial, portando o anexo III constante neste edital, firmada pelo responsável legal da empresa, devendo constar na credencial o número de identidade e CPF do credenciado.

**5.2.2.1.** O representante deverá portar o próprio documento oficial de identificação juntamente com o do proponente responsável.

**5.2.2.2.** A credencial deverá ser assinada por responsável legal da empresa e a confirmação desta condição deverá ocorrer por meio da apresentação do contrato social, alteração consolidada ou procuração pública firmada em cartório, sob pena de não aceitação do credenciamento.

**5.2.2.3. A apresentação do contrato social e alteração consolidada nesta etapa da licitação isenta a empresa de apresentá-lo novamente na fase de habilitação.**

**5.2.3.** Somente poderão ofertar lances verbais no ato do pregão os representantes das empresas que se credenciarem.

**5.2.4.** Apresentar declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos (anexo IV), bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório (anexo VII)

**5.2.5.** O fornecedor enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equivalente deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Complementar 123/2006, estando apto a participar do presente certame, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021 (anexo X).

**5.2.6.** Além da declaração que trata o item anterior, a licitante deverá apresentar certidão expedida no presente exercício pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**5.3.** A falsificação de qualquer documento constante neste edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

**6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Para participação no certame, a empresa licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação), conforme segue:

À Câmara Municipal de Marilândia/ES  
Edital de Pregão Presencial Nº/ano  
**Envelope N.º 01 - Proposta**  
Proponente (Razão Social da Licitante)

À Câmara Municipal de Marilândia/ES  
Edital de Pregão Presencial Nº/ano  
**Envelope N.º 02 - Habilitação**  
Proponente (Razão Social da Licitante)

**6.2.** O envelope nº 01 (Proposta) deverá conter a proposta impressa da licitante (anexo XI), em linguagem clara, sem rasuras ou entrelinhas, não podendo ser de forma manuscrita, respeitando todas as especificações contidas no neste edital, contendo ainda:

**6.2.1.** Razão social da empresa, bem como sua qualificação, tal como endereço, CNPJ, nome e assinatura do representante legal ou sócio, datada e outras que se fizerem necessárias.

**6.2.2.** Discriminação do item cotado, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos.

**6.2.3.** Valores unitários e total de cada item, bem como o valor global da proposta, devendo ser cotado em real e com, no máximo, duas casas decimais e em algarismos arábicos.

**6.2.4.** Expressar em sua proposta que, todos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do objeto licitado, serão de sua responsabilidade e não acrescentarão ônus para a Câmara Municipal.

**6.2.5.** Expressar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da abertura da licitação.

**6.2.6.** Não serão aceitas propostas parciais com relação a cada item.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**6.3.** O envelope nº 02 (Habilitação) deverá conter a documentação a seguir especificada em original, ou em cópias reprográficas devidamente autenticadas, ou ainda cópia simples acompanhada das originais, que serão autenticadas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro:

**6.3.1. Habilitação jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada), em se tratando de sociedade comercial;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Documento de identificação do representando da licitante, na forma da lei.
- e) Alvará de localização e funcionamento, relativo ao domicílio do licitante, vigente na data de abertura desta licitação, nos termos do Decreto Estadual nº 5.141-R/2023 e Decreto Municipal nº 4.825/2023.

**6.3.2. Regularidade fiscal:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Provas de regularidade com:
  - I. A Fazenda Pública Federal onde for sediada a empresa;
  - II. A Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
  - III. A Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
  - IV. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

**6.3.3.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome da licitante com o número do CNPJ, observando-se que:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Se a licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.3.4.** Os documentos que não possuírem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do prego.

**6.3.5. Capacidade técnica:**

- a) Apresentação de, ao menos, 02 (dois) atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido(s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas neste Termo, comprovando a execução dos serviços compatíveis ao objeto da licitação, quanto ao nível de qualidade e atendimento, comprovando idoneidade, atendimento e aptidão para a atividade exercida.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**b)** O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa emissora, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

**6.3.6. Qualificação econômico-financeira**

**a)** Apresentação do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**i.** Será facultada a apresentação deste caso a empresa que se enquadre como Microempreendedor Individual (MEI), sendo obrigada, como sua substituição, apresentar a declaração anual de imposto de renda do último exercício financeiro exigível.

**b)** Apresentação da certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

**c)** Demonstração de índices contábeis (anexo VIII).

**7. RECURSOS**

**7.1.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará aos licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante, nos termos do Art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.** Tendo o licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

**7.3.** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se a todas vista imediata do processo.

**7.4.** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

**7.5.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora

**8. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO.**

**8.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para promover a adjudicação do objeto e homologar a licitação.

**8.2.** A homologação estará disponível no site da Câmara após a sua publicação.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**8.3.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

**8.3.1.** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo seja aceito pela Administração.

**8.3.2.** A Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**8.3.3.** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

- I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**9. EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO, VIGÊNCIA CONTRATUAL E PAGAMENTO**

**9.1.** Todos os procedimentos e orientações sobre a execução da contratação constam no Termo de Referência (anexo I) deste edital e na minuta contratual (Anexo II).

**9.2.** A vigência contratual e suas eventuais prorrogações constam no Termo de Referência (anexo I) deste edital e na minuta contratual (Anexo II).

**9.3.** As orientações sobre pagamento constam no Termo de Referência (anexo I) deste edital e na minuta contratual (Anexo II).

**10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

**10.2.** As sanções relativas à execução do contrato constam no Termo de Referência (anexo I) deste edital.

**11. ATA DA LICITAÇÃO**

**11.1.** Os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata, em especial: os licitantes participantes; as propostas apresentadas; os avisos, os esclarecimentos e as impugnações; os lances ofertados, na ordem de classificação; a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso; a aceitabilidade da proposta; a habilitação; a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação; os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; o resultado da licitação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1.** É facultado ao Agente da Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada aos licitantes a juntada posterior de informações ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de análise da proposta de preço e habilitação.
- 12.2.** É facultado ao Agente da Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, solicitar informações complementares aos licitantes.
- 12.3.** É facultado ao Agente da Contratação/Pregoeiro solicitar a contribuição de servidores da Câmara para subsidiar a análise técnica de qualquer objeto licitado.
- 12.4.** Cabe ao Agente da Contratação/Pregoeiro solucionar os casos omissos do edital com base no ordenamento jurídico vigente e nos princípios de Direito Público.
- 12.5.** O licitante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Pregão, cabendo responsabilização na esfera civil, penal e administrativa pela prática de atos fraudulentos.
- 12.6.** Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:
- 12.6.1.** ANEXO I: Termo de Referência;
- 12.6.2.** ANEXO II: Minuta Contratual;
- 12.6.3.** ANEXO III: Modelo de Credenciamento;
- 12.6.4.** ANEXO IV: Declaração de que atende aos requisitos de Habilitação;
- 12.6.5.** ANEXO V: Declaração de que não emprega menor;
- 12.6.6.** ANEXO VI: Declaração de que cumpre com reserva de vagas;
- 12.6.7.** ANEXO VII: Declaração de que a proposta econômica cumpre os requisitos previstos em lei;
- 12.6.8.** ANEXO VIII: Modelo de apresentação de índices contábeis;
- 12.6.9.** ANEXO IX: Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- 12.6.10.** ANEXO X: Declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006;
- 12.6.11.** ANEXO XI: Modelo de proposta de preço.

Marilândia/ES, 05 de agosto de 2024

**JOSÉ LUIZ BRANDÃO**

Agente de Contratação/Pregoeiro

Portaria nº 46 de 29 de novembro de 2023



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Este Termo de Referência expressa as informações diversas levantadas em torno de um dado objeto ou serviço, que servirá de fonte para guiar a aquisição ou a contratação destes, e estabelece a conexão entre a Contratação e o Planejamento existente, expondo o alinhamento da contratação à estratégia do negócio. O dever de planejar é concebido no âmbito jurídico constitucional, ao estar intrinsecamente constituído no princípio da Eficiência (art. 37 da CF/88).

Este Termo tem como finalidade dar as principais instruções para o procedimento administrativo que visa a contratação para o fornecimento dos serviços abaixo relacionados.

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** A presente solicitação tem por objeto contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de filmagens e transmissões das sessões legislativas e outros atos, assistência e manutenção preventiva e corretiva na infraestrutura de rede privada, nos computadores e seus periféricos e nos sites da Câmara.

**1.2.** As especificações e os quantitativos dos produtos estão descritos no anexo I deste termo de referência.

**1.3.** Os serviços objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais específicas usualmente encontradas no mercado, a contraparte não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, conforme Decreto Legislativo nº 327/2022 Desta Augusta Casa.

**1.4.** A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, conforme Portaria nº 08, de 31 de janeiro de 2024.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços é de suma importância para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços legislativos. A infraestrutura tecnológica é vital para o funcionamento das atividades administrativas e legislativas, permitindo a comunicação, o armazenamento de dados e a execução de tarefas essenciais. Visto que, a Câmara não possui no quadro de funcionários, um servidor que tenha conhecimento para atender esse tipo de prestação de serviço, ou seja, que tenha as atribuições relacionadas ao objeto deste termo de referência.

**2.2.** A manutenção preventiva e corretiva da rede de computadores garante que eventuais falhas sejam prontamente identificadas e resolvidas, evitando interrupções que possam comprometer o



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

andamento das sessões e das atividades diárias. A estabilidade e a segurança da rede são fundamentais para proteger informações sensíveis e assegurar que todos os sistemas operem de maneira fluida e confiável.

**2.3.** Além disso, a celeridade no atendimento e a capacidade técnica para lidar com problemas complexos são cruciais para minimizar o tempo de inatividade e manter a produtividade da Câmara. A contratação de uma empresa especializada permite que a Câmara disponha de profissionais qualificados e dedicados exclusivamente à manutenção tecnológica, o que é indispensável para enfrentar os desafios técnicos com eficiência e precisão.

**2.4.** A manutenção preventiva e corretiva será realizada de forma a prevenir falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos, além de resolver rapidamente quaisquer problemas técnicos que possam surgir., visando garantir a operacionalidade contínua de todos os equipamentos, com o intuito de minimizar o tempo de inatividade e evitar interrupções. O suporte técnico contínuo será fornecido a todos os colaboradores da Câmara Municipal, incluindo assistência remota (quando for o caso) e presencial, garantindo resolução ágil e eficiente de questões relacionadas a TI. Também serão implementadas medidas de segurança robustas para proteger os dados e as informações da Câmara Municipal contra ameaças cibernéticas e acessos não autorizados.

**2.5.** Por fim, a recepção de relatórios periódicos detalhando atividades realizadas, estado atual da rede e recomendações para melhorias contínuas permitirá o monitoramento constante e a tomada de decisões informadas sobre a infraestrutura de TI.

**2.6.** No aspecto de transparência das ações legislativas, a solução visa apoiar filmagens e transmissões ao vivo das sessões legislativas para as redes sociais, utilizando os equipamentos da Câmara Municipal. Isso promoverá a transparência e facilitará o acompanhamento das atividades legislativas pela população, desempenha um papel fundamental na manutenção do engajamento comunitário e na promoção da transparência nas atividades governamentais. Ao garantir que as sessões sejam acessíveis ao público em geral, a Câmara reforça seu compromisso com a transparência e a participação cidadã, fortalecendo a confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

**2.7.** Os resultados pretendidos garantirão que a Câmara Municipal de Marilândia possa desempenhar suas funções de forma eficiente, transparente e segura, atendendo às demandas da comunidade e promovendo a democratização do acesso à informação pública.

**2.8.** A complexidade e a interdependência dos serviços são fatores determinantes. No caso da rede de computadores, a assistência e manutenção corretiva e preventiva envolvem uma variedade de dispositivos interconectados, incluindo servidores, desktops, notebooks, impressoras, equipamentos de energia e outros bens que venham a ser adquiridos pela Câmara Municipal de Marilândia.

**2.9.** A interdependência desses dispositivos implica que um problema em um componente pode afetar vários outros, exigindo, portanto, um serviço unificado e coordenado para garantir a eficácia e a eficiência das soluções de manutenção.

**2.10.** Além disso, a manutenção dos sites Interlegis e SAPL e seus subdomínios requer um conhecimento especializado contínuo e uma abordagem integrada para assegurar a segurança, a



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

funcionalidade e a atualidade das informações. Parcelar esse serviço poderia levar a inconsistências e riscos de segurança.

**2.11.** Quanto aos serviços de filmagem e transmissão das sessões legislativas e outros eventos, estes exigem confiabilidade e continuidade. A divisão desse serviço entre diferentes fornecedores ou períodos poderia resultar em problemas de compatibilidade de equipamentos e software, além de dificuldades na coordenação e na garantia da qualidade do serviço.

**2.12.** A economia de escala também é um fator relevante. Ao contratar um único fornecedor para todos os serviços descritos, a Câmara Municipal pode obter melhores condições contratuais, incluindo descontos e garantias de qualidade. A divisão em vários contratos menores pode resultar em custos mais altos devido à perda dessas economias de escala. A gestão e a coordenação de múltiplos contratos e fornecedores aumentam a complexidade administrativa, podendo levar a dificuldades na coordenação dos serviços e na resolução de problemas. Um contrato único permite uma gestão mais eficiente e centralizada, facilitando a comunicação e a resolução de eventuais falhas.

**2.13.** Cabe destacar que a presente licitação busca com que os objetos da mesma sejam fornecidos pelo mesmo prestador pelos seguintes motivos:

**2.13.1.** A filmagem e transmissão de sessões legislativas depende fortemente de uma rede de computadores estável e bem mantida. Qualquer falha pode comprometer a transmissão.

**2.13.2.** Os equipamentos utilizados para a filmagem e transmissão estão integrados à rede de computadores da Câmara.

**2.13.3.** Ter uma única empresa responsável por ambos os serviços reduz a necessidade de coordenação entre diferentes fornecedores, minimizando conflitos de agendas e responsabilidades, além disso é mais fácil identificar e resolver problemas, já que não haverá disputas sobre a origem do problema.

**2.14.** A garantia de qualidade e continuidade é essencial. A prestação de serviços contínuos por um único fornecedor assegura uma melhor compreensão das necessidades e particularidades da Câmara Municipal, resultando em um serviço de maior qualidade e continuidade. A fragmentação dos serviços poderia comprometer essa continuidade e a qualidade geral dos serviços prestados.

**2.15.** Portanto, a contratação se faz necessária para garantir que a Câmara Municipal de Marilândia possa continuar a desempenhar suas funções com excelência, sem interrupções tecnológicas, assegurando que os processos legislativos e administrativos sejam conduzidos de maneira eficiente e segura. Além disso, a capacidade de manter a comunidade informada e engajada por meio de transmissões ao vivo é essencial para a transparência e a democracia participativa.

### **3. DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**3.1.** O Serviço de manutenção da rede de computadores da Câmara Municipal de Marilândia será realizado conforme solicitação da contratante, abrangendo todos os equipamentos tecnológicos desta Augusta Casa, visando o perfeito funcionamento, incluindo tanto na parte de Hardware como de Software, promovendo a manutenção e a instalação de programas e configurações.

**3.2.** A manutenção preventiva consiste em inspeções regulares e atualizações dos sistemas para



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

prevenir falhas e garantir a segurança da rede. Isso inclui a verificação de antivírus, backups, atualizações de software e limpeza de hardware. Já a manutenção corretiva abrange a resolução de problemas que possam surgir, como falhas de equipamentos, bugs em softwares, problemas de conectividade e quaisquer outras emergências técnicas.

**3.3.** Além dos serviços de manutenção, a solução inclui suporte técnico contínuo para os colaboradores da Câmara Municipal. Isso envolve assistência remota e presencial para resolver dúvidas, realizar configurações e garantir que todos os usuários possam utilizar os sistemas de TI de maneira eficaz.

**3.4.** A assistência técnica somente será de mão-de-obra, a empresa prestadora dos serviços fornecerá a Câmara Municipal de Marilândia uma solicitação acompanhada de laudo dos equipamentos e eventuais necessidades de substituições de peças ou programas ficando sob responsabilidade da Câmara de Marilândia a aquisição e fornecimento das peças.

**3.4.1.** A Contratada deverá realizar relatórios, recomendações e/ou pareceres, quando solicitado, sobre aspectos relacionados a prestação de serviço, incluindo fatores que influenciam a perfeita execução das atividades.

**3.4.2.** Poderá a Contratante, em qualquer momento da vigência do contrato, pedir a emissão relatórios detalhando atividades realizadas, estado atual da rede e recomendações para melhorias contínuas permitirá o monitoramento constante e a tomada de decisões informadas sobre a infraestrutura de TI. Como também, isto ser uma iniciativa da Contratada.

**3.5.** Durante a vigência do contrato, quando for necessária a execução dos serviços de assistência técnica, a Câmara Municipal de Marilândia não irá arcar com qualquer despesa referente da prestação de serviços.

**3.6.** Quando for o caso de procedimento que implique no “zeramento” da máquina, deverá ser feita a preservação da totalidade dos arquivos que ela contiver, a menos que isso seja tecnicamente impossível em função do problema ocorrido.

**3.7.** O serviço de assistência técnica deverá atender a Câmara Municipal de Marilândia, devendo a Contratada comparecer (em) no local solicitado, em até 03 (três) horas, contadas a partir da notificação do Contratante que ocorrerá por quaisquer meios de comunicação fornecido pelo contratado, inclusive pelo WhatsApp, e por qualquer servidor para prestar o serviço, quando em dias úteis, o trabalho deverá ser realizado no local onde está o equipamento ou se houver a necessidade levado para a empresa.

**3.8.** O Contratante poderá solicitar atendimento para quantos equipamentos necessitarem.

**3.9.** A manutenção do site oficial incluirá a alimentação e exposição dos documentos necessários para dar publicidade dos atos inerentes deste Poder. A Contratada ficará responsável pelo perfeito funcionamento do site, incluindo contato com suporte.

**3.10.** As filmagens, gravações e transmissões das sessões serão realizadas através de programas pertencentes a Contratante, sendo que as sessões legislativas ordinárias são em números de 03 sessões por mês as quais ocorrerão em dias pré-definidos e de conhecimento da contratada, devendo esta prestar os serviços nas datas estabelecidas, independentemente de solicitação ou comunicado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Ocorrendo sessões extraordinárias ou outros atos que a contratante julgue necessários realizar a filmagem, gravação e transmissão, os mesmos serão comunicados a contratada, informando dia e hora.

**3.10.1.** As gravações das sessões transmitidas deverão ser armazenadas em HD externo ou pasta específica no servidor da Câmara Municipal de Marilândia/ES, ficando disponíveis para consultas posteriores.

**3.10.2.** O suporte às filmagens e transmissões das sessões legislativas para as redes sociais. Embora todos os equipamentos de transmissão sejam da Câmara Municipal de Marilândia, a empresa contratada deverá garantir que a infraestrutura de TI seja robusta o suficiente para lidar com a demanda de transmissão ao vivo e gravação de vídeos. Isso assegura que as sessões sejam acessíveis ao público e promovam a transparência das ações legislativas.

**3.11.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

#### **4. DA VISITA TÉCNICA**

**4.1.** Os licitantes participantes poderão fazer visita técnica à Câmara para conhecer as condições de execução e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos.

**4.2.** A visita técnica deverá ser agendada com Diretor Geral em horário combinado, indicando o nome do profissional que será designado para realizar a visita pela licitante.

**4.3.** A visita técnica deverá ser realizada por profissional da licitante, devidamente identificado, até o dia anterior à data marcada para a entrega da proposta.

**4.4.** O custo da visita técnica correrá por conta exclusivo da(s) empresa(s) Licitante(s). Durante a visita os licitantes serão acompanhados por servidor do Setor de Administrativo da Câmara, podendo colaborar juntamente, a empresa prestadora de serviços até a presente data.

**4.5.** Em nenhuma hipótese a licitante poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe vistoriado, responsabilizando-se por quaisquer ônus decorrentes desses fatos.

#### **10 CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

##### **10.1 Habilitação jurídica**

**10.1.1** Registo Comercial, no caso de empresa individual;

**10.1.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada), em se tratando de sociedade comercial;

**10.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**10.1.4** Documento de identificação do representando da licitante, na forma da lei.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**10.1.5** Alvará de localização e funcionamento, relativo ao domicílio do licitante, vigente na data de abertura desta licitação, nos termos do Decreto Estadual nº 5.141-R/2023 e Decreto Municipal nº 4.825/2023.

**10.2 Regularidade fiscal**

**10.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**10.2.2** Provas de regularidade com:

**10.2.2.1** A Fazenda Pública Federal onde for sediada a empresa;

**10.2.2.2** A Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

**10.2.2.3** A Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

**10.2.2.4** O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**10.2.3** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

**10.3** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

**10.3.1** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**10.3.2** Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

**10.3.3** Se a licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

**10.3.4** Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.4** Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedido deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

**10.5 Capacitação Técnica**

**10.5.1** Apresentação de ao menos 02 (dois) atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido(s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas neste Termo, comprovando a execução dos serviços compatíveis ao objeto da licitação, quanto ao nível de qualidade e atendimento, comprovando idoneidade, atendimento e aptidão para a atividade exercida.

**10.5.2** O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa emissora, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

**10.6 Qualificação econômico-financeira**

**10.6.1** Apresentação do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**10.6.1.1** Será facultada a apresentação deste caso a empresa que se enquadre como Microempreendedor Individual (MEI), sendo obrigada, como sua substituição, apresentar a declaração anual de imposto de renda do último exercício financeiro exigível.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**10.6.2** Apresentação da certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

**11 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta das dotações sob as rubricas:  
1000- CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA  
100001.0103100014.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES INTERNAS DO PODER LEGISLATIVO  
33904000000 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA.  
FICHA: 05.

**12. INVESTIMENTO**

**12.1.** Com base no Estudo Técnico Preliminar, estima-se o investimento no valor mensal de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) e valor global de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais), para os serviços elencados neste Termo de Referência.

**13 CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**13.1** A prestação de serviços que trata este Termo de Referência deverá realizada na sede da Câmara Municipal de Marilândia, situada a Rua Luis Catelan, 230, Centro, Marilândia/ES.

**8.1.1.** A administração, em eventos e compromissos do Poder Legislativo Municipal, poderá requerer a prestação de serviços fora da sede. Nesse caso, será informado com antecedência para o Contratado.

**8.1.2.** Poderá o Poder Legislativo Municipal solicitar a prestação dos serviços mencionados neste termo de referência em dias e horários fora do expediente, como também em dia não útil, em eventos e compromissos da Câmara.

**8.1.3.** Poderá o Poder Legislativo Municipal liberar a realização de algum dos serviços elencados neste termo, por meio de suporte remoto, mediante autorização e em situações que não cause danos ou prejuízos à administração.

**8.2.** A CONTRATADA deverá iniciar a execução do contrato no prazo máximo de 01 (um) dia contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado por igual período, devidamente justificado.

**8.3.** Caso o FORNECEDOR verifique a impossibilidade de cumprir com prazo da prestação de serviços estabelecido, deverá ser protocolada solicitação de prorrogação de prazo de entrega da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente justificado, e o novo prazo de entrega previsto para a entrega.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**8.4.** A solicitação de prorrogação do prazo será analisada pelo CONTRATANTE na forma da lei e, de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informará ao FORNECEDOR a decisão proferida.

**8.5.** Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor deverá imediatamente a prestação do serviço.

**13 GARANTIA**

**13.1** A prestação de serviço deverá ter seu prazo de garantia de acordo com os padrões e prazos atrelados à natureza dos serviços.

**13.2** Os serviços efetivamente executados devem ter garantia dentro do período da execução do contrato, sendo que em caso de apresentação de falha em relação a prestação de serviços a contratada deverá realizar novamente no intuito de sanar o problema.

**10 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES.**

**10.1** O licitante deverá encaminhar proposta de preços com a descrição do objeto e o preço apresentando o valor unitário e global, de acordo com o Termo de Referência.

**10.2** O Preço ofertado deve ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes deste Termo de Referência.

**10.3** O valor aceito para a contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços, como consta nos autos do presente processo.

**10.4** A proposta de preço deve informar a validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

**11. FORMAS E CRITÉRIOS DE FORNECEDOR DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**11.5** O fornecedor será selecionado por meio do procedimento de Pregão presencial, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global;

**11.6** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, de acordo com esse termo de referência.

**12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1** Cumprir integralmente as obrigações relacionadas com a contratação, descritas no Termo de Referência;

**12.2** Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- 12.3** Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, nota(s) fiscal(is) com a descrição completa dos serviços, juntamente com os documentos de regularidade fiscal e a declaração de adimplemento de encargos;
- 12.4** Manter sigilo de informações às quais porventura venha a ter acesso, que se refiram à Administração Pública ou qualquer outra que, pela sua natureza, não devam ser divulgadas. Em caso de descumprimento do sigilo de informações, a Administração procederá à análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções nas esferas penal e civil;
- 12.5** Responsabilizar-se integralmente pelos objetos contratados, assim como pelas despesas diretas e indiretas relacionadas com a contratação para a perfeita execução, nos termos da legislação vigente;
- 12.6** Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;
- 12.7** Executar a entrega dos objetos de acordo com as condições e prazos propostos neste Termo de Referência;
- 12.8** Confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho;
- 12.9** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 12.10** Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta da contratação, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;
- 12.11** Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;
- 12.12** Estar de acordo com todas as regras e legislações vigentes ao perfeito e correto funcionamento da prestação de serviços.
- 12.13** A CONTRATADA não poderá subcontratar a prestação deste serviço.
- 12.14** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.
- 12.15** Assumir a responsabilidade, presente e futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento relativos às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;
- 12.16** Manter sob absoluto sigilo, todas as informações que lhe forem transmitidas, pela Contratante, em razão da execução do objeto do presente contrato, protegendo-as contra a divulgação a terceiros, ou a seus prestadores de serviços, que no desenvolvimento de suas atividades tenham necessidade de conhecê-las, mantendo a confidencialidade das mesmas;
- 12.17** A contratada responsabilizar-se-á, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, pelos prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio do contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do objeto deste Contrato, decorrentes de dolo ou culpa.
- 12.18** A contratada deverá comunicar imediatamente, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**12.19** Deverá cumprir exigências de todas as legislações e suas alterações no que diz respeito aos assuntos relacionados neste termo de referência.

**12.20** É vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**12.21** A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.1** Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados, sobre os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA, quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

**13.2** Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;

**13.3** Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de preposto por ela credenciada;

**13.4** Efetuar o pagamento de acordo com a efetiva entrega e aceite do serviço, de acordo com o preço, os prazos e condições estimuladas na licitação, sendo expressamente vedado o pagamento antecipado;

**13.5** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste Termo;

**13.6** Prestar à Contratada toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

**13.7** Notificar, por escrito, à contratada, toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

**13.8** Atestar e receber os serviços efetivamente executados, de acordo com o Termo de Referência;

**13.9** Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

**13.10** Aplicar as penalidades por descumprimento da contratação;

**13.11** É vedado a exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado, conforme artigo 48 da 14.133/2021.

### **14 FISCALIZAÇÃO**

**14.1** A Câmara Municipal de Marilândia designará servidor para efetuar a fiscalização da execução contratual, nomeado através de Portaria expedida pelo Presidente da Câmara Municipal.

**14.2** O representante da Administração responsável pela fiscalização do contrato deverá manter registro próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, detalhando as datas e servidores envolvidos, se for o caso, a fim de acompanhar a efetiva prestação dos serviços.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**14.3** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

**14.4** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Câmara Municipal de Marilândia/ES e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade.

**15 FORMA DE PAGAMENTO**

**15.1** Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação a CMM de Nota Fiscal sem emendas ou rasuras, bem como os documentos de regularidade fiscal. As Notas Fiscais, depois de conferidas e visadas, serão encaminhadas para processamento e pagamento no prazo de 20 (vinte) dias corridos, após a respectiva apresentação.

**15.2** Os pagamentos mensais somente serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos atualizados: Certidão Negativa de débitos trabalhistas; FGTS; Tributos Federais e à dívida ativa da União, Estaduais e Municipais; e certidão negativa de falência e concordada.

**15.3** Após o prazo, a CONTRATANTE pagará multa financeira nos seguintes termos:

VM: VF X 0,33 X ND

100

**Onde:**

*V.M.:* Valor da Multa Financeira.

*V.F.:* Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

*N.D:* Número de dias em atraso.

**15.4** Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(ais) será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

**15.5** A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de CREDENCIAMENTO e acolhidos nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

**15.6** Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no certame, deverá ser comunicado a CMM, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

**15.7** Para a efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação;

**15.8** No texto da NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverão constar, obrigatoriamente, o número da Licitação, o número da Ata de Registro de Preços ou nº do Contrato o(s) objeto(s)/Serviço(s), os valores unitários e totais, nº do empenho e conta bancária para pagamento;

**15.9** O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL será feito por Transferência/Depósito Bancário ou Boleto Bancário;

**15.10** Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

- Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar o contratante;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- Inadimplência das obrigações da Contratada para com o Município, por conta do estabelecido no Contrato;
- Não execução dos serviços nas condições estabelecidas no contrato;
- Erros ou vícios nas Notas Fiscais/Faturas.

**15.11** Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção.

**15.12** O FORNECEDOR deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 5296 de 18 de agosto de 2023 que “adota a IN RFB nº 1234/2012 e suas alterações para fins de retenção de IRRF nas Contratações de Bens e na Prestação de serviços realizadas pelo Município de Marilândia e dá outras providências”, que obriga os órgãos públicos a fazer a retenção do imposto de renda, na fonte, nas contratações.

**15.12.1** O fornecedor deverá fazer o destaque na nota fiscal do valor da retenção do imposto de renda.

**15.12.2** Caso o fornecedor esteja incluído nas hipóteses de isenção ou imunidade deverá apresentar declaração a cada pagamento comprovando a sua condição.

**15.12.3** O artigo 4º da IN RFB 1234/2012 prevê as hipóteses de imunidade e isenção.

**16 VIGÊNCIA CONTRATUAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E REAJUSTE.**

**16.1** O contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de outubro de 2024, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, devidamente justificado e por interesse da Administração, limitado a 10 (dez) anos, na forma do Art. 107 da Lei 14.133/21, por se tratar de serviço contínuo.

**16.2** O reequilíbrio será concedido mediante justificativa com documentos comprobatórios aceitos pela administração, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

**16.3** O reajuste será adotado no caso de prorrogação do contrato, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorridos 12 (doze) meses, a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme artigo 25, §7º da Lei 14.133/21.

**16.4** O reajuste do preço contratado levará em consideração o índice do IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

**17 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1** Independente de outras sanções legais cabíveis, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, em caso de descumprimento das condições previstas para a contratação, de acordo com a previsão do artigo 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

**17.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- 17.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 17.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 17.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 17.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 17.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 17.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 17.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 17.1.9** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.1.12** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 17.2.1** Advertência;
- 17.2.2** Multa;
- 17.2.3** Impedimento de licitar e contratar;
- 17.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 17.3.2** As peculiaridades do caso concreto;
- 17.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 17.3.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 17.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.3.6** A sanção prevista no tópico 17.2.1, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no tópico 17.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 17.3.7** A sanção prevista no tópico 17.2.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos tópicos do item 17.2.
- 17.3.8** A sanção prevista no tópico 17.2.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos tópicos 17.1.2; 17.1.3; 17.1.4; 17.1.5; 17.1.6; 17.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**17.3.9** A sanção prevista no tópico 17.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos tópicos 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos tópicos 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no tópico 17.3.8, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, a Câmara Municipal de Marilândia, no horário de atendimento, segunda a quinta: 11h as 17h e sexta: 08h as 14h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes.

**18.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas em relação a presente licitação encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no município, setor de licitações.

**18.3** Para agilizar os trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número de telefone.

Marilândia, 24 de julho de 2024

CATARINA PEREIRA  
Setor de Compras e Contratações  
Portaria CMM nº 12/2024





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

LOTE	ITEM	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	<p>SERVIÇOS DE FILMAGENS E TRANSMISSÕES DAS SESSÕES LEGISLATIVAS E OUTROS ATOS, ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA INFRAESTRUTURA DE REDE PRIVADA, NOS COMPUTADORES E SEUS PERIFÉRICOS E NOS SITES DA CÂMARA.</p> <p><b>Especificação:</b> <b>01 Assistência e Manutenção de Rede de Computadores</b> Prestação de serviços de assistência e manutenção corretiva e preventiva para a rede de computadores da Câmara Municipal de Marilândia, incluindo infraestrutura lógica e física de rede privada. Este serviço abrange a implementação de medidas de segurança e controle de acesso, assegurando a integridade e proteção dos dados. Os serviços abrangem servidores, computadores, impressoras, nobreaks, estabilizadores e diversos outros equipamentos tecnológicos, além de qualquer novo equipamento que venha a ser adquirido pela Câmara Municipal de Marilândia. Além da manutenção de hardware e software, os serviços incluem a instalação de programas, configurações necessárias e a adoção de melhores práticas para garantir a eficiência e segurança da rede.</p> <p><b>02 Serviços de Filmagem e Transmissão</b></p>	MÊS	12	4.520,00	54.240,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>O serviço contratado inclui a filmagem, gravação e transmissão das sessões legislativas regulares, que ocorrem três vezes por mês. Além dessas sessões ordinárias, o contrato abrange também a cobertura de sessões extraordinárias e de outros eventos de interesse da contratante. Todo o trabalho de filmagem, incluindo a captação de áudio, gravação e transmissão, será realizado utilizando programas e softwares que são propriedade da contratante.</p> <p><b>03 Manutenção de Sites</b> Manutenção do site Interlegis (marilandia.es.leg.br) e do site SAPL, incluindo todos os seus subdomínios.</p>				
--	--	--	--	--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO II**  
**MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/ANO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E A EMPRESA \_\_\_\_\_**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Luis Catelan, nº 230, centro, Marilândia/ES, CEP 29.725-000, inscrita no CNPJ 36.348.720/0001-90, neste ato representada por sua Presidente, a Senhora Alcione Boldrini Monechi, doravante denominada **CONTRATANTE**; e a empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por seu representante legal \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo nº \_\_\_\_\_**, resolvem celebrar este Contrato nos termos do procedimento licitatório **Pregão Presencial nº xxx/ano**, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, nos casos omissos aplicar-se-á o disposto no Art. 89 da mesma legal, que será regido mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de filmagens e transmissões das sessões legislativas e outros atos, assistência e manutenção preventiva e corretiva na infraestrutura de rede privada, nos computadores e seus periféricos e nos sites da Câmara.
- 1.2. A descrição detalhada dos itens, condições, quantidades e exigências estão estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.3. **ID contratação TCE/ES:**
- 1.4. **ID contratação PNCP:**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

- 2.1. Vinculam esta contratação, independente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo nº xxx/ano.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, PRAZO DE EXECUÇÃO E REAJUSTE**

- 3.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar de **(data)**, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, devidamente justificado e por interesse da Administração,



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

limitado à vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma do Art. 107 da Lei 14.133/21, por se tratar de serviços de prestação contínua.

**3.2.** O reajuste será adotado no caso de prorrogação do contrato, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorridos 12 (doze) meses, a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme artigo 25, §7º da Lei 14.133/21.

**3.3.** O reajuste do preço contratado levará em consideração o índice do IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

**3.4.** O prazo para início dos serviços fica fixado em até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da Ordem de Serviço.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta das dotações sob as rubricas:

1000- CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA

100001.0103100014.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES INTERNAS DO PODER LEGISLATIVO

33904000000 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

FICHA: 05.

**4.2.** O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme anexo I deste contrato.

**4.3.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

**5.1.** Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação a CMM de Nota Fiscal sem emendas ou rasuras, bem como os documentos de regularidade fiscal. As Notas Fiscais, depois de conferidas e visadas, serão encaminhadas para processamento e pagamento no prazo de 20 (vinte) dias corridos, após a respectiva apresentação.

**5.2.** Os pagamentos mensais somente serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos atualizados: Certidão Negativa de débitos trabalhistas; FGTS; Tributos Federais e à dívida ativa da União, Estaduais e Municipais; e certidão negativa de falência e concordada.

**5.3.** Após o prazo, a CONTRATANTE pagará multa financeira nos seguintes termos:

VM: VF X 0,33 X ND

100

**Onde:**

V.M.: Valor da Multa Financeira.

V.F.: Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

N.D: Número de dias em atraso.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- 5.4.** Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(ais) será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização
- 5.5.** A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de CREDENCIAMENTO e acolhidos nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- 5.6.** Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no certame, deverá ser comunicado a CMM, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;
- 5.7.** Para a efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação;
- 5.8.** No texto da NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverão constar, obrigatoriamente, o número da Licitação, o número da Ata de Registro de Preços ou nº do Contrato o(s) objeto(s)/Serviço(s), os valores unitários e totais, nº do empenho e conta bancária para pagamento;
- 5.9.** O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL será feito por Transferência/Depósito Bancário ou Boleto Bancário
- 5.10.** Os pagamentos poderão ser suspensos nos seguintes casos:
- Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar o Contratante;
  - Inadimplência das obrigações da Contratada para com o Município, por conta do estabelecido no Contrato;
  - Não execução dos serviços nas condições estabelecidas no contrato;
  - Erros ou vícios nas Notas Fiscais/Faturas
- 5.11.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção
- 5.12.** Para os pagamentos efetuados com atraso, a CONTRATANTE pagará a título de juros de mora, mediante a aplicação da variação dos últimos doze meses do índice oficial IGPM/FGV, entre o dia de vencimento e o dia do pagamento. O valor referente aos juros de mora, como acima referenciado, será faturado com os valores devidos no próximo faturamento
- 5.13.** O FORNECEDOR deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 5296 de 18 de agosto de 2023 que “adota a IN RFB nº 1234/2012 e suas alterações para fins de retenção de IRRF nas Contratações de Bens e na Prestação de serviços realizadas pelo Município de Marilândia e dá outras providências”, que obriga os órgãos públicos a fazer a retenção do imposto de renda, na fonte, nas contratações.
- 5.13.1.** O fornecedor deverá fazer o destaque na nota fiscal do valor da retenção do imposto de renda.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**5.13.2.** Caso o fornecedor esteja incluído nas hipóteses de isenção ou imunidade deverá apresentar declaração a cada pagamento comprovando a sua condição.

**5.13.3.** O artigo 4º da IN RFB 1234/2012 prevê as hipóteses de imunidade e isenção.

**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

**6.1.** As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA constam no termo de referência, bem como as determinadas na legislação, entretanto, ressalta-se que:

**6.1.1.** Constitui obrigação da CONTRATADA, manter, durante a execução contratual, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

**6.1.2.** Constitui ainda, obrigação da CONTRATADA cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz em consonância com o art. 92, XVII da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA SÉTIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1** Independente de outras sanções legais cabíveis, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, em caso de descumprimento das condições previstas para a contratação, de acordo com a previsão do artigo 155 e 156 da Lei 14.133/2021:

**7.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**7.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**7.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;

**7.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**7.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**7.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**7.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**7.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**7.1.9** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**7.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**7.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**7.1.12** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

**7.2.1** Advertência;

**7.2.2** Multa;

**7.2.3** Impedimento de licitar e contratar;

**7.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 7.3.2** As peculiaridades do caso concreto;
- 7.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.3.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.3.6** A advertência, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no tópico 7.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 7.3.7** A multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos tópicos do item 7.2.
- 7.3.8** A sanção prevista no tópico 7.2.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos tópicos 7.1.2; 7.1.3; 7.1.4; 7.1.5; 7.1.6; 7.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou
- 7.3.9** A sanção prevista no tópico 7.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos tópicos 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11 e 7.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos tópicos 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6 e 7.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no tópico 7.3.8, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 8.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021
- 8.2.** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3.** Aplicar-se-ão os Arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021 nas situações de extinção contratual.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

- 9.1.** O referido contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial da Associação dos Municípios do Espírito Santo (AMUNES), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA – FORO**

- 10.1.** Fica eleito o foro da cidade de Marilândia/ES para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meio administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Marilândia/ES, xxx de xxx de 2024



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ALCIONE BOLDRINI MONECHI  
Presidente da Câmara Municipal de Marilândia

RESPONSÁVEL LEGAL  
Empresa contratada

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO I DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/ANO**

LOTE	ITEM	SISTEMAS PARA A ADMINISTRAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	<p>SERVIÇOS DE FILMAGENS E TRANSMISSÕES DAS SESSÕES LEGISLATIVAS E OUTROS ATOS, ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA INFRAESTRUTURA DE REDE PRIVADA, NOS COMPUTADORES E SEUS PERIFÉRICOS E NOS SITES DA CÂMARA.</p> <p><b>Especificação:</b> <b>01 Assistência e Manutenção de Rede de Computadores</b> Prestação de serviços de assistência e manutenção corretiva e preventiva para a rede de computadores da Câmara Municipal de Marilândia, incluindo infraestrutura lógica e física de rede privada. Este serviço abrange a implementação de medidas de segurança e controle de acesso, assegurando a integridade e proteção dos dados. Os serviços abrangem servidores, computadores, impressoras, nobreaks, estabilizadores e diversos outros equipamentos tecnológicos, além de qualquer novo equipamento que venha a ser adquirido pela Câmara Municipal de Marilândia. Além da manutenção de hardware e software, os serviços incluem a instalação de programas, configurações necessárias e a adoção de melhores práticas para garantir a eficiência e segurança da rede.</p> <p><b>02 Serviços de Filmagem e Transmissão</b> O serviço contratado inclui a filmagem, gravação e transmissão das sessões legislativas regulares, que ocorrem três vezes por mês. Além dessas sessões ordinárias, o</p>	MÊS	12		



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>contrato abrange também a cobertura de sessões extraordinárias e de outros eventos de interesse da contratante. Todo o trabalho de filmagem, incluindo a captação de áudio, gravação e transmissão, será realizado utilizando programas e softwares que são propriedade da contratante.</p> <p><b>03 Manutenção de Sites</b> Manutenção do site Interlegis (marilandia.es.leg.br) e do site SAPL, incluindo todos os seus subdomínios.</p>					
					<b>VALOR GLOBAL (R\$)</b>	



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO III**  
**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

Por meio do presente, credenciamos o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Marilândia/ES, Pregão Presencial nº/Ano, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, bem como formular lances e participar de todos os demais atos inerentes ao certame.

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE QUE ATENTE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do Art. 63, I da Lei nº 14.133/2021, sob pena da Lei, que atende a todos os requisitos de habilitação exigidos no edital da presente licitação, quanto às condições de qualificação jurídica, regularidade fiscal e econômico-financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto no edital do presente certame.

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, em atendimento ao Art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, sob pena da lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE A RESERVA DE CARGOS**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, em atendimento ao Art. 62, IV, e Art. 92, XVII da Lei nº 14.133/2021, sob pena da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz prevista em lei e em outras normas específicas.

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA CUMPRE OS REQUISITOS**  
**PREVISTOS EM LEI**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, em atendimento ao Art. 62, §1º Lei nº 14.133/2021, sob pena da lei, que a proposta econômica cumpre a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO VIII**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE ÍNDICES CONTÁBEIS**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, APRESENTA, em atendimento ao Art. 69, §1º Lei nº 14.133/2021, sob pena da lei, os seguintes índices contábeis:

**1) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL**

ILG =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}^1}$

**2) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL**

ISG =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

**3) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE**

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente

---

Nome do profissional contábil e nº do CRC

---

<sup>1</sup> Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009).





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO**  
**DEGRADANTE OU FORÇADO**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do Art. 1º, III e IV, e Art. 5º, III da Constituição Federal, sob pena da lei, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado.

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO X**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI**  
**COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apta a participar do presente certame, observado o disposto no Art. 4º, §§1º ao 3º da Lei nº 14.133/2021.

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO XI**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro da Câmara Municipal de Marilândia/ES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, APRESENTE a seguinte proposta de preços:

LOTE	ITEM	SISTEMAS PARA A ADMINISTRAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	<p>SERVIÇOS DE FILMAGENS E TRANSMISSÕES DAS SESSÕES LEGISLATIVAS E OUTROS ATOS, ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA INFRAESTRUTURA DE REDE PRIVADA, NOS COMPUTADORES E SEUS PERIFÉRICOS E NOS SITES DA CÂMARA.</p> <p><b>Especificação:</b> <b>01 Assistência e Manutenção de Rede de Computadores</b> Prestação de serviços de assistência e manutenção corretiva e preventiva para a rede de computadores da Câmara Municipal de Marilândia, incluindo infraestrutura lógica e física de rede privada. Este serviço abrange a implementação de medidas de segurança e controle de acesso, assegurando a integridade e proteção dos dados. Os serviços abrangem servidores, computadores, impressoras, nobreaks, estabilizadores e diversos outros equipamentos tecnológicos, além de qualquer novo equipamento que venha a ser adquirido pela Câmara Municipal de Marilândia. Além da manutenção de hardware e software, os serviços incluem a instalação de programas, configurações necessárias e a adoção de melhores práticas para</p>	MÊS	12		



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>garantir a eficiência e segurança da rede.</p> <p><b>02 Serviços de Filmagem e Transmissão</b></p> <p>O serviço contratado inclui a filmagem, gravação e transmissão das sessões legislativas regulares, que ocorrem três vezes por mês. Além dessas sessões ordinárias, o contrato abrange também a cobertura de sessões extraordinárias e de outros eventos de interesse da contratante. Todo o trabalho de filmagem, incluindo a captação de áudio, gravação e transmissão, será realizado utilizando programas e softwares que são propriedade da contratante.</p> <p><b>03 Manutenção de Sites</b></p> <p>Manutenção do site Interlegis (marilandia.es.leg.br) e do site SAPL, incluindo todos os seus subdomínios.</p>				
<b>VALOR GLOBAL (R\$)</b>					

O prazo de validade desta proposta é de xx (\_\_\_\_) dias.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos todas as especificações e condições contidas no Pregão Presencial e anexos, podendo, assim, afirmar não haver qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que os compõem.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como por qualquer outra despesa relativa à execução dos objetos licitados no presente certame.

(Local), (data)

---

Representante Legal da Empresa proponente